



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Produtos e Destinos

21ª Reunião do Grupo de Trabalho de Turismo Náutico

02 de dezembro de 2013

Brasília-DF

1. Identificação da Reunião

Data da Reunião: 02/12/2013	Horário: 09h30 às 17h	Local: Sala Plenária: Ministério do Turismo – 9º andar
Coordenador Técnico do GT Náutico: Wilken Souto		Telefone: (61) 2023-8165
Ordem do dia: ✓ Informes gerais ○ Candidaturas de associações, federações, sindicatos e entidades de classe ○ Candidaturas de GTs Náuticos Estaduais ○ Candidaturas de Instituições de Ensino ○ Captação do World Marinas Conference 2016 (Icomia) ○ Ofício nº 111/2013 CLIA-Abremar ✓ Proposta de criação do subgrupo “PNT em Ação” (temática orla) ✓ Discussão e hierarquização de pautas para o GT-Náutico em 2014 ✓ Proposta de agenda para reuniões do GT em 2014		

2. Identificação do Documento

Relator do Documento: Cristiano Borges	Data de Preparação: 09/12/2013
---	---------------------------------------

3. Participantes da Reunião

Representantes dos órgãos: Antaq, Anvisa, Brasilcruise, Clia-Abremar Brasil, Embratur, Grupos de Trabalho de Turismo Náutico do Paraná, do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina, Instituto de Marinas do Brasil, Marinha do Brasil, MTur (DEPROD).

Lista de participantes anexa.

4. Síntese da Reunião

A abertura da reunião foi realizada às 9h30 pelo Coordenador Técnico do GTT-Náutico, Wilken Souto, que após a apresentação de todos, passou a palavra para Cristiano Borges (MTur), que explicou que todas as entidades definidas na reunião anterior foram oficiadas pela Coordenação do GTT-Náutico para que se manifestassem acerca da intenção em participar do grupo e foram convidadas para a reunião. Fez um balanço geral sobre os componentes do grupo e esclareceu que muitas entidades ainda não responderam aos ofícios, mas que a coordenação do grupo continuaria aguardando uma resposta de todos os oficiados.

Na sequência, Wilken Souto (MTur) lembrou que na 20ª reunião do grupo se decidiu que a representação de estados e municípios no GTT-Náutico far-se-ia por meio dos grupos náuticos oficialmente estabelecidos em cada estado. Assim, os estados que não dispõem de grupo náutico oficialmente constituído não poderiam ter assento no grupo nacional até que instituíssem oficialmente seu grupo estadual. Questionou, então, qual documento caracteriza que um grupo estadual foi oficialmente constituído: um decreto? Uma portaria? Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) defendeu que só deveria ser aceito no grupo nacional o grupo estadual instituído por decreto, tal qual ocorre nos estados do Rio de Janeiro e do Paraná. Em contraponto, Marcelo (GTT-Náutico RN) informou que no Rio Grande do Norte o grupo ainda está sendo instituído e opinou que uma portaria também deveria ser aceita, já que facilita o processo para os estados. Em sua opinião, outro fator que deve ser observado é a representatividade do grupo estadual, que deve envolver empresários, órgãos da União no estado, órgãos estaduais e municípios. Cláudio Amaral (Instituto de Marinas do Brasil) disse que mais que as instituições, as pessoas são o verdadeiro valor do grupo e que o que o GTT-Náutico deve impedir é a entrada de “oportunistas” no grupo, que poderiam vir a tumultuar os trabalhos. Ele considera que uma portaria também é um elemento válido, na medida em que até o grupo nacional foi instituído por uma portaria. Karla Baeta (Anvisa) colocou o seu posicionamento de que uma portaria é também um modelo oficial de formalização e que deveria ser considerada. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) defendeu seu ponto de vista dizendo que a exigência do decreto é necessária, porque ele demonstra a existência de uma política estadual para o setor. Cláudio Carneiro (Clia-Abreamar Brasil) disse que qualquer ato jurídico oficial deveria ser considerado como válido. Wilken Souto (MTur) também acredita na validade de uma portaria, em razão da necessidade de desburocratização do setor público. Disse que a adoção de critérios mais subjetivos, como representatividade, talvez deem mais garantias do que a exigência de uma portaria. Na sequência, questionou Carlos Eduardo Bueno

(Brasilcruise) se ele teria objeções, já que era o único a defender a necessidade do decreto. Este último, disse que a sua única preocupação é a pulverização das ações, devido à entrada de muitos membros, e que o decreto seria um fator a mais para evitar isso. Para tentar fechar a questão, Wilken Souto (MTur) propôs que os grupos estaduais candidatos apresentassem uma portaria ou decreto, além de lista de membros, atas das últimas reuniões e principais resultados obtidos. Cristiano Borges (MTur) o contrapôs por considerar que solicitar atas e resultados como requisito obrigatório seria um impeditivo para a entrada de novos grupos e que, como definido na reunião anterior, uma das razões de exigirmos a representação por meio de grupos estaduais é o estímulo à formação desses grupos. Por fim, ficou definido que a presença de grupos estaduais de trabalho náutico deverá estar vinculada à existência de um instrumento formal (portaria ou decreto) constituindo o grupo e à representatividade do grupo, que não deve ser um grupo inoperante ou sem representatividade de entidades privadas.

Em relação às associações, federações, sindicatos ou entidades de classe, Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) sugeriu que um dos critérios a serem exigidos dos candidatos seria a sua representatividade nacional. Karla Baeta (Anvisa) defendeu o posicionamento do representante da Brasilcruise e, como não houve objeções, a questão ficou assim definida. Sobre a vaga destinada a instituições de ensino, Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) defendeu que ela fosse extinta e que as instituições fossem chamadas somente caso a reunião as demandasse. Wilken Souto (MTur) explicou que essa decisão já havia sido tomada na reunião anterior, que a redação da portaria já havia sido aprovada e que considerava o assunto como superado. Por fim, considerou-se que um critério a ser exigido seria desenvolver pesquisa ou comprovar atuação no turismo náutico. Antes de passar para o próximo ponto da pauta, Cristiano Borges (MTur) esclareceu que as entidades oficiadas que respondessem negativamente à proposta de participação no grupo, seriam automaticamente retiradas da portaria aprovada na reunião anterior.

Em seguida, Wilken Souto (MTur) passou a palavra para Cláudio Carneiro (Clia-Abremar), que informou que a entidade pediu ao MTur, como coordenador do GTT-Náutico, que solicitasse ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg) a flexibilização de algumas exigências afetas aos cruzeiros marítimos. Pela legislação aplicada ao setor, os cruzeiros classificados como internacional ou de longo curso, destinados majoritariamente aos residentes no exterior, precisavam se submeter às mesmas exigências legais que os cruzeiros destinados aos residentes no Brasil (de cabotagem ou misto), fator que estaria desviando a passagem dos primeiros pelo País. Cláudio explicou que o MTur atendeu à demanda da Clia-Abremar, prontamente, por meio de nota técnica direcionada ao Conselho, que culminou na aprovação de duas alterações nas exigências legais: o prazo de visto de trabalho de tripulantes de

cruzeiros marítimos em águas brasileiras foi ampliado de 6 meses para um ano, o que implica na redução dos custos dos cruzeiros; os navios estrangeiros que passem por águas brasileiras por prazo inferior a 45 dias não são mais obrigados a contratar 25% de trabalhadores brasileiros, exigência que tornava inviável a realização de escalas no País por parte de navios estrangeiros. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) defendeu a medida dizendo que se trata de um avanço, já que o País deixou de receber muitos navios de longo curso ao longo dos anos devido a esse tipo de exigência.

Seguindo a ordem do dia, Wilken Souto (MTur) pôs em discussão a necessidade de criação de um subgrupo de trabalho para discutir o tema “orla”, como previsto no “PNT em ação”, e para ajudar na construção do documento. Esclareceu que o Plano Nacional de Turismo traz a orla como um dos temas prioritários a serem trabalhados até 2016 e que, portanto, seria importante uma discussão específica a respeito do tema. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise), Cláudio Carneiro (Clia-Abremar Brasil), José Esteves (Antaq) e Marcelo Coelho (Marinha do Brasil) colocaram se colocaram à disposição para colaborar. Deise Bezerra (GT Náutico-PR) levantou a importância de se englobar nas discussões as águas interiores e também se colocou à disposição para ajudar. Cláudio Amaral (Instituto de Marinas do Brasil), que já estava no subgrupo, sugeriu o convite ao Ministério do Meio Ambiente. Wilken Souto (MTur) informou que o professor Biz, consultor responsável pelo assunto, entraria em contato com os participantes na semana seguinte.

Na sequência, Wilken Souto (MTur) introduziu o próximo assunto do dia: a definição e a hierarquização de pautas. Cristiano Borges (MTur) trouxe um panorama sobre as pautas que haviam sido remetidas previamente pelos participantes para que eles defendessem suas proposições. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) propôs uma discussão sobre a necessidade de prorrogação da portaria SPU nº 404/2014, já que, em sua visão, houve pouca divulgação da questão e muitos municípios e estruturas náuticas ficariam à margem da lei a partir de 1º de janeiro de 2013 por não estarem cientes. José Esteves (Antaq) solicitou que a questão fosse formalizada à Antaq pela Brasilcruise, a fim de verificar o que poderia ser feito pela entidade. Wilken Souto (MTur) pediu que a formalização fosse feita à coordenação do GTT-Náutico, a fim de que ela também pudesse fazer uma divulgação da questão. Já o assunto “torre de controle” foi mantido como pauta do grupo, na medida em que o assunto foi considerado como relevante pelos participantes. Wilken Souto (MTur) revelou que foi realizada já há algum tempo em Brasília uma reunião em que ficou acordado que a Abremar apresentaria, em 90 dias a partir da reunião, um relatório com experiências internacionais onde o modelo de torre de controle já existe e funciona. No momento em que a Abremar conseguir apresentar esse relatório, o grupo discutiria o assunto. Cláudio Carneiro (Clia-Abremar) disse também entender ser necessária a discussão. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) disse que sua entidade dispõe de uma base de dados sobre os navios de cruzeiro, que precisaria ser administrada por

alguém, o que seria viabilizado pela torre de controle. Uma atualização sobre a legislação turística, o Cadastur e a fiscalização turística também foi demandada como assunto de interesse do grupo. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) também defendeu que o GTT-Náutico fosse um ambiente para absorção de “situações de crise”, já que hoje não há ninguém para resolver situações de conflito no setor. Wilken Souto (MTur) disse que, como as situações de crise envolvem assuntos diversos, o ideal seria que, ao surgir uma situação como essa, a coordenação do GTT-Náutico fosse comunicada para que tivesse condições de acionar um comitê, composto conforme o assunto em pauta. Outra pauta defendida pelos membros, dessa vez sugerida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi a de se elaborar um guia de boas práticas ambientais para marinas e pontos de apoio náutico, bem como para dar apoio às localidades que desejam desenvolver o segmento. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) questionou se o governo brasileiro foi informado de que os 22 navios de cruzeiro que recebíamos no Brasil foram reduzidos para apenas 12 neste ano e, provavelmente, teremos somente 9 no ano que vem. Perguntou também se o governo está ciente de que “determinado destino turístico está se tornando um destino de offshore”. Pediu, assim, a existência de um fórum para que problemas como esses, enfrentados diariamente por quem “está na ponta”, sejam discutidos. Karla Baeta (Anvisa) sugeriu que o assunto fosse discutido no GTT-Náutico sob o seguinte título: “perspectivas dos cruzeiros marítimos no Brasil e resultados da temporada 2013/2014”. Propôs, ainda, que fosse inserida na pauta a atualização dos órgãos federais sobre os avanços da legislação ou das normativas afetas ao turismo náutico. José Esteves (Antaq) sugeriu a inserção de outra pauta: divulgação da norma 15.450 da ABNT. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) pediu, ainda, um posicionamento da Embratur sobre os eventos internacionais a serem apoiados pelo órgão no ano de 2014. Vitor Toniolo (Embratur) revelou que existe a necessidade de se definir uma agenda comercial em conjunto com o *trade*, para que se negocie a área necessária em cada feira em que o Brasil participa.

Na sequência, o Secretário Nacional de Políticas de Turismo, Vinícius Lummertz (MTur), fez um pronunciamento em que ressaltou a importância do GTT-Náutico, bem como as conquistas obtidas pelo grupo, citando, especialmente, a flexibilização obtida com CNig, já mencionada anteriormente. Revelou que o grupo precisa saber os resultados por ele alcançados, a fim de que seus participantes estejam motivados. Lummertz pediu ainda o apoio do grupo para contribuir com o PNT em ação, já que orla é um dos assuntos priorizados pela Secretaria.

Retomando a pauta do GTT-Náutico, realizou-se a hierarquização de pautas do GTT-Náutico. A partir das propostas discutidas ao longo do dia, cada um dos presentes recebeu um número determinado de adesivos para que pudessem colar nas pautas que consideravam mais importantes. Wilken esclareceu que não necessariamente essas pautas seriam seguidas pelo grupo, mas que serviriam de Norte para o GTT-Náutico.

Obteve-se assim a seguinte hierarquização de pautas:

1. Proposta de confecção de guia de boas práticas ambientais para construção de marinas e pontos de apoio – 22 votos.
2. Agenda comercial de participação em eventos internacionais – 19 votos.
3. Atualização de resoluções e normativas de órgãos federais – 15 votos.
4. Perspectivas do setor de cruzeiros e resultados da última temporada – 19 votos.
5. Proposta de atribuição da gestão de áreas náuticas da Secretaria de Patrimônio da União para o Ministério do Turismo – 17 votos.
6. Proposta de torre de controle de cruzeiros marítimos – 17 votos.
7. Termo de referência sobre planos de ordenamento náutico. – 15 votos
8. Ações de sensibilização às localidades que desejam desenvolver o segmento. – 14 votos
9. Resolução ANTAQ sobre terminais aquaviários – 7 votos
10. Portaria de fiscalização do Ministério do Turismo - 5 votos.

Na sequência, Cláudio Brasil do Amaral (Instituto de Marinas do Brasil) realizou a apresentação da Conferência Internacional de Marinas, evento que reúne representantes de países e investidores, que é realizado a cada três anos e que terá o Rio de Janeiro em abril de 2016 como sua primeira sede na América Latina. Cláudio (Instituto de Marinas do Brasil) ressaltou a importância da captação do evento, bem como a concorrência que o Brasil enfrentou.

Para finalizar a reunião, Wilken Souto (MTur) trouxe a proposta de realização das reuniões do grupo sempre que possível às quartas-feiras. A agenda de reuniões ordinárias do grupo em 2014 ficou definida por todos nas seguintes datas: 4 de fevereiro, 5 de maio, 6 de agosto e 5 de novembro. Finalmente, Wilken Souto (MTur) encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

5. Encaminhamentos

Nº	Encaminhamento	Responsável	Data
01	A designação de determinado grupo estadual de trabalho de turismo náutico como membro do GTT-Náutico dependerá da existência de um instrumento formal (portaria ou decreto) que constitua o grupo, bem como a representatividade desse grupo.	GTT-Náutico	-
02	O principal critério a ser exigido das associações, federações, sindicatos ou entidades de classe candidatas a membro do GTT-Náutico será dispor de representatividade nacional.	GTT-Náutico	-
03	Entidades convidadas por meio de ofício que responderem negativamente à proposta de participação no grupo serão automaticamente retiradas da portaria aprovada na 20ª reunião.	Coordenação do GTT-Náutico	-
04	O principal critério a ser exigido das instituições de ensino candidatas a membro do GTT-Náutico será desenvolver pesquisa ou comprovar atuação no turismo náutico.	GTT-Náutico	-
05	Criação de um subgrupo de trabalho para discutir o tema “orla”, como previsto no “PNT em ação”.	Consultores do PNT em Ação	Dezembro 2013
06	Assunto “torre de controle” foi mantido como pauta do grupo, mas somente será discutido após a apresentação de um relatório com experiências internacionais onde o modelo de torre de controle já existe e funciona.	Clia - Abreamar	-
07	Comunicar a existência de “situações de crise” no turismo náutico à Coordenação do GTT-Náutico, para que seja acionado um comitê para discutir o assunto em pauta, se for o caso.	Membros do GTT-Náutico	-
08	Propor a discussão as 10 pautas priorizadas pelo GTT-Náutico para 2014 e realizar as reuniões nas datas previstas.	Coordenação do GTT-Náutico	2014